

O MOVIMENTO DE MULHERES E A ABERTURA POLÍTICA NO BRASIL

O CASO DA CRECHE

Fúlvia Rosemberg
Da Fundação Carlos Chagas

2839

Texto apresentado na reunião da IPSA (International Political Science Association) realizada entre 15 e 20 de outubro de 1984, em Sofia, na Bulgária.

Feminista. Formação acadêmica em Psicologia. Pesquisadora na área da Educação. Mãe de duas crianças que frequentaram a creche desde bem pequenas. Tema atual de pesquisa: creche.

Perplexa. Como outras feministas espalhadas pelo mundo arregalo os olhos de espanto diante de tantas contradições que não enxerguei há alguns anos atrás. Vivo o impasse entre a crítica a uma tagarelice ideológica e a impossibilidade de pesquisar sem me envolver numa perspectiva de transformação social. Pública ou privada? O trabalho me chama e atrai. A filha solicita e disputa com ciúme a atenção da mãe. A mãe tem ciúme da mulher com quem compartilha a educação do filho. A pajem disputa o domínio sobre a criança que educa. Embate entre mulheres. Privado? Luta surda travada à sombra de uma política de creches.

A CRECHE: UM MAL MENOR

A história recente da creche como instituição tem se dado por ciclos sucessivos de expansão e retraimento divergindo, assim, da trajetória da escola que, pelo menos numa perspectiva quantitativa, tem apresentado uma evolução constante.

Estudos históricos recentes, efetuados em diversos países vêm detectando estes ciclos e apontando que os determinantes de uma expansão das redes públicas de creches se originam em motivações exteriores às necessidades das crianças na faixa de 0 a 6 anos de idade. Entre essas motivações destacam-se as políticas visando o incentivo ou cerceamento do trabalho materno (Weltzer, s/d).

Isto é, a proposta de creche, até época bastante recente não conseguiu romper com a representação idílica da socialização da criança pequena pela maternagem compulsória, não sendo tida como uma instituição destinada à educação de todas as crianças, mas apenas como um equipamento substituindo certas mães: aquelas que trabalham fora.

Ora, esta vinculação tem sido pesada de consequências para essa instituição, seja na perspectiva de sua expansão, seja na busca de uma identidade própria, capaz de gerar uma proposta educacional alternativa e satisfatória para as crianças pequenas.

Por essa razão a creche se constitui uma presa fácil da manipulação ideológica. Que se tenha em mente a produção psicológica do pós-guerra (Spitz, Bowlby, Ainsworth, Aubry, David, Appel, Soulé) que ao "cientificar" o modelo de relação mãe-filho como o único modelo desejável de relação com a criança pequena, encerra a creche no terreno perigoso de comparação com a mãe; encerra "as mães na culpa de não criarem elas mesmas seus filhos. Esta problemática da creche como substituta da mãe acarreta um não reconhecimento e uma desvalorização do trabalho do pessoal, pois a creche aparece como um mal menor e não como um local específico tendo valor próprio. Esta confusão de papéis não ajuda a resolver o problema da rivalidade entre pais e pessoal, pois ambos acabam se colocando no mesmo papel, no mesmo terreno." (Baudelot e Breauté, 1979, p. 218)¹

O fato da reivindicação/concessão de creches ter se justificado principalmente pela necessidade/vontade de a mãe trabalhar fora de casa, acabou por emprestar à creche o caráter de instituição provisória, de emergência ou de substituição, acarretando-lhe uma história cíclica, restringindo-a apenas a uma parte das famílias, dificultando o acúmulo das experiências, tanto a nível de seu funcionamento interno quanto da população usuária.

De um lado, a não universalidade da experiência entre os pais tem reforçado a má fama da creche. Diferentemente da escola, pela qual passamos e sobre a qual forjamos uma representação, baseada também na própria experiência vivida, a história cíclica da creche, e seu número reduzido, fazem com que muitos de nós não a conheçamos por dentro e dela façamos uma imagem fantasmática, porque construída longe do real. Nesse sentido, amplos setores da sociedade não se vêem tocados por movimentos de mobilização em torno da expansão das redes de creche e de sua melhoria, na medida em que a instituição nem sempre é percebida como legítima. Ao

contrário: muitas vezes a creche é percebida como usurpadora ou competindo com imagens arcaicas (míticas ou não) da mãe provedora.

Por outro lado, por ser tida como instituição de emergência e substituta, respondendo apenas a uma necessidade circunstancial, a posição que a creche tem ocupado nos planos governamentais — a verba que lhe tem sido alocada, a previsão de expansão de suas vagas, a criação de serviços que lhe sejam indispensáveis (por exemplo cursos de formação para seus profissionais) — não corresponde a uma avaliação intrínseca de quais sejam as necessidades da criança socializada nessa instituição.

E assim sendo, um círculo vicioso se implanta facilmente: os recursos acabam por ser insuficientes, acarretando, em geral, um atendimento pior que o desejado, reforçando desse modo o estigma de que a creche constitui apenas um paliativo, um mal menor na experiência de vida de algumas crianças.

Não seria exagero afirmar-se que, até certo ponto, o cuidado que essa instituição vem merecendo dos órgãos governamentais, e mesmo das instituições de pesquisa, tem sido bastante semelhante àquele recebido pelas políticas de natalidade, cuja trajetória tem sido também objeto de manipulação de toda natureza.

Alguns estudos sobre a história da creche em diferentes países fornecem indicadores claros dessa manipulação. Por exemplo, um dos maiores programas de desenvolvimento de creches nos EUA ocorreu durante a II Guerra Mundial. Em 1941, o LANHAM ACT autorizou o governo federal norte-americano a destinar verbas para o funcionamento de creches previstas para os filhos de empregadas nas indústrias de guerra. No auge desse programa existiam aproximadamente 1,6 milhões de vagas em creches e pré-escolas norte-americanas usufruindo de recursos federais "o maior número de vagas jamais existentes nos EUA". Finda a guerra, o governo federal norte-americano retirou seu apoio a esses programas, de tal modo que em 1965 existiam apenas 300.000 vagas. Nas palavras de Gilbert Steiner o programa de creches da II Guerra Mundial foi um "programa para vencer a guerra e não um programa para salvar a criança" (Adams e Winston, 1980, p. 64).

O final da década de 60 e o início da de 70, corresponde em vários países a um novo ciclo de expansão das creches, inclusive com revisão de seu significado. Este novo ciclo tem sua origem em reivindicações e propostas de movimentos sociais urbanos, entre eles os movimentos feministas².

¹ Para uma revisão das teorias em psicologia do desenvolvimento que estigmatizaram a educação de crianças em creche, veja-se por exemplo, Breitbart (1975) e Ross (1978).

² Nos E.U.A a participação das feministas é vista como "inovadora e positiva. . . as atividades do movimento feminista conjuntamente com pressões para a criação de serviços que atendam à criança desde idade mais precoce e insatisfações com o serviço de bem-estar social, tiveram o efeito de expandir o conceito de creche".

Este período não corresponde apenas, nos diversos países, a uma expansão das redes públicas e dos recursos alocados, mas a uma nova procura em compreender essa instituição na sua complexidade psicológica, social, econômica e política.

Por exemplo na França, após o movimento de 1968, e por pressão dos pais e técnicos, as creches públicas passaram por uma revisão de sua orientação higienista e medicalizada, procurando uma interação mais intensa com a família. Na Itália, o significado dessa instituição é revisto, sendo reivindicada, no contexto de sociedades urbanas, como um local alternativo para a socialização de crianças pequenas³.

Ocorre, porém, que algumas orientações básicas nas políticas de creche não conseguiram ser alteradas: sua vinculação aos programas de promoção social e ao trabalho materno.

Com o aguçamento da crise econômica alguns países de capitalismo avançado cercearam a expansão e reduziram créditos exatamente dos programas sociais.

Paralelamente, nesses mesmos países a retração do mercado de trabalho e o desemprego atingiram principalmente as mulheres. Em decorrência estão sendo cortados incentivos para a expansão das redes de creche. Alguns dados publicados sobre o fim da década de 70, parecem indicar um novo momento de refluxo, um novo ciclo na história da creche (Adams e Winston, 1980).

No Brasil o ciclo de expansão ocorreu a partir da 2ª metade da década de 70. Para sua emergência muito contribuiu a participação dos movimentos de mulheres.

É desse período que tratarei, procurando captar algumas opções estratégicas, refletindo sobre os entraves dessa difícil luta de expansão da rede de creches.

O Brasil é muito grande. As diferenças regionais entre o Norte, Nordeste e Sul são muito fortes. Gostaria de poder dar conta da luta por creche no país inteiro, mas restringirei minhas descrições e análises a São Paulo, cidade onde moro, trabalho e milito.

A SITUAÇÃO DAS CRECHES EM SÃO PAULO

Como em outros países do mundo, o início das creches em São Paulo, nos fins do século passado, esteve vinculado a uma corrente assistencialista visando a proteção aos filhos de mulheres das classes trabalhadoras. Razões educacionais são absolutamente estranhas ao funcionamento das poucas creches existentes, que têm por principal objetivo manter a saúde física e moral dessa população.

Industriais paulistas criam, ainda na década de 20, as primeiras creches de empresa, que servirão de ponto de partida para a inclusão de uma regulamentação sobre creche na legislação trabalhista de 1943.

Com efeito, é a Consolidação das Leis do Trabalho o único texto legal que legisla, até nossos dias, a obrigatoriedade de creches no país, obrigatoriedade essa restrita às empresas privadas que empreguem mão-de-obra feminina em idade fértil, e extensiva apenas a seus filhos até 6 meses de idade. Na verdade, o direito às creches no país, de acordo com a lei trabalhista, protege apenas a amamentação do bebê, não tendo qualquer conotação de uma instituição voltada à educação da criança pequena.

E o mais grave é que, até aproximadamente metade da década de 70, essa legislação além de não ser respeitada pelo empresariado (os mecanismos de fiscalização são insuficientes e a punição prevista para os faltosos é ridiculamente pequena), era pouco conhecida entre as trabalhadoras e seu cumprimento, ou ampliação, não se constituía em reivindicação sindical.⁴

Se o empresariado era, de alguma forma, obrigado a prestar algum tipo de serviço destinado à população de 0 a 6 meses, o Estado (a nível federal, estadual e municipal) via-se absolutamente desobrigado de qualquer iniciativa. Em 1970, o Município de São Paulo, que tinha uma população de 750.000 crianças na faixa de 0 a 4 anos, possuía apenas 3 creches mantidas direta ou indiretamente pelo poder público (Prefeitura Municipal).

Apesar da legislação sobre creches pouco ter se alterado nesse período⁵ e do número de vagas gratuitas continuar insuficiente, o Município de São Paulo conheceu um "boom", tendo ocorrido entre 1982 e 1984 uma expansão da ordem de 43%.

Porém, esse aumento de vagas não produziu alterações significativas na política de creches do Município, que vem desenvolvendo uma ação pontual, sem plano explícito de expansão. Para que se tenha idéia do descaso em que se encontra a política de creche, um estudo recente apontou a atuação pública de 13 órgãos governamentais (das esferas federal, estadual, ou municipal) no Município de São Paulo, desenvolvendo 25 programas diferentes! (Rosemberg, 1983).

A diversidade de programas, em si, não seria indesejável, pois em tese, ela poderia responder à variedade de necessidade das mães e das crianças. Isto se a ação desenvolvida fosse planejada, articulada e integrada.

Em nosso Município porém, talvez de forma mais acentuada que em outras áreas de atuação do Estado, os programas de creche se desenvolvem autonomamente, sem qualquer integração, o que gera, em alguns casos, sobreposição de atendimento, e em outros, a permanência de áreas geográficas ou populacionais desatendidas (por exemplo moradores em cortiço no centro da cidade).

Ademais, essa sobreposição implica também em gastos supérfluos com infra-estrutura administrativa, o que desvia os escassos recursos destinados à educação da criança pequena. Finalmente, a dispersão de interlo-

³ A revolução pela qual passa a rede de creches francesas após maio de 1968 se assemelha à "Tomada da Bastilha" pelos pais: "assistimos ao florescimento de creches selvagens ou seja de lugares para guarda de crianças organizados pelos usuários (. . .) a Universidade de Vincennes foi criada, uma creche departamental foi prevista, os pais-estudantes usam também o modelo de creches selvagens, com seus princípios de autogestão e de balbúrdia alegre" (Baudelot e Breauté, 1979, p. 226).

⁴ A inclusão de cláusulas relativas à creche em acordos sindicais ocorreu pela primeira vez no ano passado, em dissídio do Sindicato dos Metalúrgicos.

⁵ Uma alteração importante ocorreu na Constituição do Estado de São Paulo que estendeu a obrigatoriedade de creches (chamadas Centros de Convivência Infantil) para os órgãos públicos da administração estadual.

cutores a nível do Estado gera uma ambigüidade em seu relacionamento com as populações locais. Na medida em que a expansão da rede de creches tem sido possível através da pressão popular, a dispersão de agentes governamentais permite negociações localizadas e parciais.

Talvez esta seja uma das razões pela qual no Município foi possível, nos últimos anos, que as classes populares obtivessem mais vagas mas fossem incapazes de influir na elaboração de uma política global e coerente de creches.

Outros determinantes desse insucesso serão analisados a seguir, através da descrição e análise da mobilização das mulheres em torno da reivindicação por creches.

A LUTA POR CRECHES EM SÃO PAULO NA DÉCADA DE 70

Em 1964 foi implantado, no Brasil, um golpe militar, que estabeleceu um longo período de ditadura cerceando a liberdade de expressão e organização da sociedade civil. Partidos políticos, sindicatos e associações de classe foram fechados, ou ficaram sob o arbítrio de interventores, a imprensa esteve sob censura, e opositores ao regime foram presos, torturados, exilados, desaparecidos ou assassinados.

Apesar desse arbítrio, principalmente a partir dos anos 70, foram emergindo nas grandes cidades, manifestações de organização da sociedade civil que têm agora, como pólo aglutinador, o local de moradia. "O bloqueio dos canais institucionais de representação popular — como os partidos políticos, as câmaras legislativas, os sindicatos e associações de massas — estimulou o uso dos laços primários de solidariedade na sobrevivência diária da população. Relações de vizinhança, parentesco, compadrio ou amizade, permitiam a proteção imediata dos indivíduos diante de um clima social de medo. Foi em boa parte o desenvolvimento desses laços diretos entre pessoas, que confiavam umas nas outras, que deu origem a vários movimentos de base". (Singer e Brant, 1980, p. 13).

As mulheres participam intensamente desses movimentos, seja através de organizações que lhes eram próprias (como os clubes de mães, vinculados ou não à Igreja Católica) ou de associações para todos (Sociedades Amigos de Bairro, por exemplo). A partir de 1975, com a decretação pela ONU do Ano Internacional da Mulher, vão surgindo, também no país, núcleos de organizações feministas, cujas participantes provêm principalmente dos estratos médios da população. Esses grupos divergiam entre si na maneira pela qual priorizavam as palavras de ordem feministas, isto é, as reivindicações relativas às discriminações de gênero.

O jargão da época caracteriza bem essa divergência: falava-se em movimento de mulheres e em movimento feminista expressões que não se equivalem. "Fazem parte do movimento de mulheres tanto os agrupamentos femininos que ainda não se colocam a questão da própria emancipação e cuja origem se prende a reivindicações gerais, quanto os grupos feministas que se constituem em função desse objetivo de emancipação, a partir de concepções que nem sempre se assemelham" (Associação das Mulheres, 1979, p.6-7). Pouco a pouco, alguns desses

grupos femininos foram se auto-denominando feministas (Schmink, 1981).

Seja no movimento de mulheres, seja no movimento feminista, aparece desde logo a reivindicação por creche, reivindicação praticamente desconhecida até então. É assim que já por exemplo no 1º ato público de mulheres, realizado em São Paulo em 1975 ("Encontro para Diagnóstico da Mulher Paulista" sob o patrocínio do Centro de Informações da ONU e da Cúria Metropolitana) em sua carta programática pode-se ler: "é necessário que todas as mulheres, os representantes das sociedades amigos de bairro, clube de mães e interessados em geral, desenvolvam juntos um programa que venha a resolver o problema de creches na cidade de São Paulo." (Brasil Mulher, nº 5, 1976, p. 12).

Nesse mesmo ano, realiza-se pela primeira vez na cidade uma manifestação pública de impacto organizada em torno da reivindicação por creche: é o movimento de funcionários, alunos e professores da Universidade de São Paulo. Apesar da marcha não ter ultrapassado os muros do Campus Universitário, dois fatos chamaram a atenção: ser uma manifestação pública específica e reunir funcionários (homens e mulheres) de uma empresa. Essa marcha reforça uma outra frente de luta, não mais vinculada ao local de moradia, mas ao local de trabalho.

Também, nessa época, a imprensa divulga uma outra forma de atuação: mulheres das classes trabalhadoras, que moram num bairro da periferia de São Paulo, manifestam-se diante da Prefeitura reivindicando creches.

Aqui e lá essas novas formas de luta por creche vão se multiplicando⁶: é a organização de empregados de empresas públicas e privadas que levantam dados sobre necessidades, elaboram projetos, avaliam custos, formam comissões e obtêm, junto da direção, a instalação de creches; são encontros, manifestações públicas e imprensa feminista que incluem a creche entre suas reivindicações, como o jornal *Nós Mulheres* (nº 1, junho 76, Editorial). "Achamos que nós mulheres devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida (. . .) É possível que nos perguntem: Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos? Nós respondemos: O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos, portanto, boas creches e escolas para nosso filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares. . ."; são os grupos organizados de moradores de um bairro, principalmente mulheres, que se mobilizam, se organizam e constroem creches em sistema de mutirão,

⁶ A partir de 1975 a reivindicação por creche está presente em quase todo ato público feminista, publicação ou evento. A título de memória: o jornal de esquerda *Movimento* (talvez uma das publicações mais perseguidas pela Censura Federal) consagrou em 1976 um número especial sobre a mulher (inteiramente vetado pela Censura) e que continha uma longa reportagem sobre creche. Em 1977 é instaurada no país uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a discriminação contra a mulher. Na seção de abertura, entre outras, Maria Malta Campos (1977) depõe sobre a situação das creches no país.

forma de receberem auxílio financeiro da Prefeitura; ou, ainda, os grupos de mulheres das classes trabalhadoras que se deslocam em ônibus, de seus bairros distantes, para manifestarem sua necessidade de creche aos Secretários Municipais e ao próprio Prefeito.

De início são movimentos isolados. Mais tarde é organizado na cidade um movimento unitário: o *Movimento de Luta por Creches*. Este movimento conseguiu integrar feministas de diversas tendências, grupos de mulheres associados ou não à Igreja Católica, aos diversos partidos políticos (legais ou clandestinos) e grupos independentes. E mais: conseguiu integrar grupos dispersos de moradores, que reivindicavam por creche isoladamente em seus bairros.

O *Movimento de Luta por Creches* foi oficialmente criado em 1979, como resolução do Primeiro Congresso da Mulher Paulista. Os preparativos para a realização do Congresso, apontam na direção de propostas unitárias, que têm na reivindicação por creche o ponto de convergência das diversas tendências⁷ (Moraes, 1981).

LUTA POR CRECHES NOS ANOS 80

Estamos no início da década de 80. Vivíamos um período pré-eleitoral. As eleições atingiriam as assembleias legislativas, o senado, as prefeituras e os governos estaduais. Os partidos políticos, de situação e oposição, incluem em suas plataformas a expansão da rede de creches. O Prefeito de São Paulo (do partido do governo) namora eleitores e eleitoras dos bairros populares.

O *Movimento de Luta por Creches* cresce e se desenvolve. Obtém promessas da Prefeitura: construção de 830 creches no período de 3 anos. O *Movimento* não só reivindica, mas também zela pela qualidade do equipamento. Exige certos padrões na construção; discute o funcionamento da creche; participa da seleção de funcionários, inclusive das diretoras de creche; são instaladas 120 creches na cidade de São Paulo. Vitória! Vitória?

1983. A Câmara Municipal de São Paulo (cuja Prefeitura é agora ocupada pela oposição) instala uma Comissão Especial de Inquéritos sobre creche. Determinante da instalação dessa comissão: a rede de creches públicas está ameaçada.

A construção é muito cara, os custos de manutenção são altos, afirma-se. Melhor será incentivar a participação de setores privados (Igreja, associações filantrópicas, grupos comunitários), o Estado deve contribuir apenas indiretamente através de convênios, argumenta-se. E o *Movimento de Luta por Creches*? Deixou de existir enquanto força política, enquanto movimento unitário. Seus integrantes se dispersaram entre os partidos políticos (PMDB e PT). Continuam apenas a existir ações isoladas nos bairros.

Por que? Uma análise atenciosa dos documentos produzidos na época permite que se apreenda, para além da reivindicação objetiva e unitária por creches, matizes de dissidência. É como se essa palavra de ordem tivesse sido usada para encobrir, temporariamente, divergências políticas fundamentais entre os grupos feministas na medida em que possibilitava — naquele momento — desenvolver uma estratégia comum: a mobilização das mulheres. De um lado, as feministas tidas como radicais,

hostilizadas e estigmatizadas como "revisionistas burguesas" por insistirem na luta em torno das discriminações de gênero, encampam a luta por creche, que é ao mesmo tempo uma reivindicação popular, que corresponde a anseio das mulheres de baixa renda e que permite a crítica ao papel tradicional de mãe, enquadrando-se, portanto, no contexto do ideário feminista.

De outro, grupos recém convertidos ao feminismo, originados a partir de movimentos políticos que priorizam a luta de classes, encontram na reivindicação por creches uma possibilidade de mobilizar e organizar mulheres, aliar-se às "feministas radicais", sem enfrentar a questão divisora de águas, o fantasma da ruptura: a sexualidade, o planejamento familiar, a discriminação do aborto, o controle da mulher sobre seu próprio corpo.

É assim que a proposta unitária esconde o medo da ruptura no interior da própria esquerda, entre as forças de oposição ao regime que têm na Igreja Católica, na Teologia da Libertação, mais do que uma aliada: a única instituição nacional que foi capaz de mobilizar, organizar e dar voz às "classes populares", mesmo no período mais fechado da ditadura militar.

Reivindicar creche é, naquele momento, uma palavra de ordem consensual.

A participação de grupos feministas no *Movimento de Luta por Creches* foi, na verdade, episódico, tendo cessado logo. Apesar da questão da creche continuar sendo levantada em vários encontros feministas (como o Tribunal Bertha Lutz, realizado em 1982), os antigos e mesmo os novos grupos que vão se formando, priorizam outros temas, como a violência, a saúde, a discriminação do aborto, o planejamento familiar.

A reorganização dos partidos políticos, com o fortalecimento das oposições, que corresponde ao que se convencionou chamar de "abertura política" (afrouxamento da ditadura militar) desfez antigas alianças entre as feministas. Os novos partidos políticos voltam a ser eixos aglutinadores, mobilizadores. As divergências são agora explícitas.

É provável que a defecção das feministas do *Movimento de Luta por Creches* também tenha sido parcialmente determinada por uma certa inadaptação às práticas políticas aí utilizadas. Na medida em que uma das propostas do *Movimento* era de acompanhar e avaliar a instalação das novas creches — construção, equipamento, alimentação, seleção e acompanhamento do pessoal etc — não são mais suficientes grupos de reflexão e manifestações públicas. É necessário sim, nesse momento, disponibilidade física e psicológica para acompanhar o desgastante dia-a-dia das creches, suas atividades concretas, que não trazem em si as compensações vivenciadas nos grupos de reflexão (reforçamento da identidade, individual e grupal, desculpabilização, trocas afetivas, catarsis etc.). Ao contrário: comparar o preço das verduras distribuídas, opinar sobre o revestimento da pare-

⁷ Veja-se, por exemplo, a convocação para o Congresso contida na publicação *Maria Brasileira* (nº 1, p. 6-7) do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, setor São Paulo.

de e do chão, são atividades muito próximas de um cotidiano de dona de casa que lembram o papel tradicional de mulher com o qual se quer romper.

Por outro lado, o *Movimento de Luta por Creches* também esmorece no interior do próprio movimento de bairro. Tânia Hammoud (1984), uma de suas integrantes, esboça, em depoimento recente prestado à Comissão Especial de Inquérito sobre Creches, uma tentativa de explicação bastante convincente. Entre outros aspectos, Tânia Hammoud aponta para os efeitos deletérios da própria plataforma programática do *Movimento* no confronto com o aparelho estatal que vai responder às reivindicações. A base de sustentação do *Movimento de Luta por Creches* eram mulheres de operários que, atuando geralmente nos Clubes de Mães, reivindicavam creches para poderem trabalhar fora. Sua luta por creches era determinada por razões concretas, ou seja, ter um local onde pudessem deixar seus filhos para poderem aumentar a renda familiar através do trabalho remunerado. Sendo insuficientes as vagas nas creches de empresa, e por serem donas de casa (portanto, distancadas da militância sindical que ressurgia na época) atuam no bairro e reivindicam, junto ao poder local — à Prefeitura — a expansão da rede de creches.

Ora, o Estado ao responder à pressão do *Movimento de Luta por Creches*, construindo novas creches, destina as vagas à camada da população de mais baixa renda (até dois salários mínimos) emprestando, assim, a esse equipamento a finalidade de combater a miséria. Desse modo, "as mães dos Clubes de Mães, que foram aquelas mulheres que realmente participavam da luta, ficaram fora da possibilidade de serem atendidas pelas creches existentes" (Hammoud, 1984).

A compreensão dessa decepção das mães frente à resposta da Prefeitura a seu esforço de mobilização não deve se restringir ao questionamento sobre a consciência política possível dessas mulheres, mas enfrentar uma questão que é, no momento, fundamental para as feministas de São Paulo, ou seja: que papel o Estado vem assumindo como interlocutor dos movimentos sociais? qual o poder dos movimentos sociais em influenciar políticas globais? E mais: que papel os movimentos sociais vêm atribuindo a seu próprio poder e ao poder do Estado quando elegem prioridades de luta e estratégias?⁸ Aqui a análise não incorpora apenas a base de sustenta-

ção do *Movimento*, mas inclui suas lideranças. E novamente me volto ao importante depoimento de Tânia Hammoud para encaminhar essa discussão.

Em consonância com a proposta de participação do *Movimento* no próprio funcionamento das creches, uma parcela significativa de sua liderança é incorporada à instituição, como empregados, sendo contratados como funcionários públicos da rede de creche municipal. Além de perder parte de seus quadros, essa absorção pelo Estado cria um conflito de fidelidade: por quem se mobiliza essa funcionária, por quem luta essa mulher?

A pergunta não esconde julgamento moral. Ela se origina da constatação de que se temos hoje, na cidade, um número reduzido de vagas, temos também a creche que dispõe de um quadro de pessoal numeroso, talvez o mais complexo do mundo.

Conseqüentemente, esse modelo de creche em funcionamento é caro (o que nem sempre significa atendimento de qualidade), constituindo-se no argumento fundamental usado pela Prefeitura para frear a expansão da rede, ou propor programas de emergência (do tipo creche familiar), portanto provisórios.

Apesar das conquistas conseguidas, a mobilização das mulheres no período não foi suficiente para romper o círculo da creche: ou seja, de ser uma instituição provisória, destinada apenas a algumas mães.*

⁸ Para um aprofundamento da discussão sobre as relações entre movimentos sociais no Brasil pós 1964 e o aparelho estatal veja-se o artigo de Ruth Cardoso (1983): *Movimentos Sociais Urbanos: balanço crítico*.

* Na reeleitura tomei consciência que meu tom foi duro, lembrando por vezes a queixa de uma amante traída. Um pouco no estilo da cobrança das feministas quando suas reivindicações específicas são manipuladas no interior dos partidos políticos. Mas que esquizofrenia política é essa que poderia levar à proposta de uma autonomia da luta por creches dentro do próprio movimento feminista! Quando tento capturar o significado da força arrebatadora dessa reivindicação em mim, e entre certas feministas, encontro sua razão de ser num projeto radical de transformação da família, que pudesse resgatar não só a mãe, mas também o pai e o filho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMS, Carolyn T. e WINSTON, Kathryn Teich. *Mothers at work*. Longman, N. York, 1980.
- BARRETO, E.S. de Sá et alii (orgs.). *Mulher brasileira*. bibliografia anotada. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- BARROSO, Carmen. *Mulher, sociedade e estado no Brasil*. São Paulo, Brasiliense/UNICEF, 1982.
- _____. Sozinhas ou mal acompanhadas — a situação das mulheres chefes de família. IUPERJ, 1978 (mimeo).
- BAUDELLOT, Olga e BREAUTÉ, Monique. *Les crèches, ses objectifs, son évolution recente*. SRESAS, Paris, 1979.

- BLAY, Eva A. Contradições que envolvem a trabalhadora qualificada. *Cadernos*. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, (8), 1975.
- _____. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978.
- BOFF, Leonardo, O.F.M. *O rosto materno de Deus: ensaios interdisciplinares sobre o feminismo e suas formas religiosas*. Petrópolis, Vozes, 1979.
- _____. Masculino e feminino: o que é. *Revista de Cultura*, Vozes, 68 (9): 5-18, nov. 1974.
- _____. Visão ontológica-teológica do masculino e do feminino. *Convergência*, 7(71/12): 975-983, 1974.

- BOFF, Leonardo O.F.M. et alii. *A mulher na igreja, presença e ação hoje*. Petrópolis, Vozes, 1976. Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB).
- BOSCHI, R.R. e VALLADARES, L. P. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidades, ação coletiva e o papel do Estado. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, V, Nova Friburgo, 1981 (mimeo).
- BREITBART, Vicki. *The day care book*. Alfred A. Knopf, Inc., New York, 1975.
- BRUSCHINI, M.C. e ROSEMBERG, F. (orgs.). *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- CALDEIRA, T.P.R. *Imagens do poder e da sociedade*. São Paulo, 1982 (mimeo). [Dissertação de mestrado, FFLCH/USP]
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. *Kardecismo e Umbanda*. São Paulo, Pioneira, 1961.
- _____. Catolicismo e família no Brasil contemporâneo. *Estudos CEBRAP*, (12): 149-60, abr./jun. 1975.
- _____. Comunidades eclesiais de base: Igreja do Povo. *Novos Estudos*, CEBRAP, (2), 1982.
- CARDONE, M. Subsídio do Direito do Trabalho para um debate sobre a situação da mulher. Fundação Carlos Chagas, *Cadernos de Pesquisa*, (15), 1975.
- CARDOSO, Ruth. Duas faces de uma experiência. *Novos Estudos*, CEBRAP, (2) 1982.
- _____. *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico*. São Paulo, 1982 (mimeo).
- _____. *Movimentos sociais urbanos: balanço crítico*. In: SORJ, B. et al. *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.
- DIAS, E. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo, Edaglit, 1962.
- ELUF, M.L.K. *A mulher migrante em sua perspectiva de mudança: análise psicossociológica em uma favela de São Paulo*. São Paulo, 1977 [Tese de mestrado].
- HAMMOUD, Tânia. *A participação popular no movimento de luta por creches*. Depoimento prestado à Comissão Especial de Inquérito sobre creches da Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, 1984.
- JACOBI, P. *Retrato de periferia: a luta de dois bairros por melhores condições de vida urbana — o movimento da água*. São Paulo, CEDEC, s.d.
- KERR, Virgínia. *One step forward — two steps back: child care's long American History*. N. York, Basic Books Inc.
- LINHARES, H. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.

- MADEIRA, F. e SINGER, P. I. Estrutura de emprego e trabalho feminino no Brasil. *Cadernos CEBRAP*, (15), 1975.
- MOISÉS, J.A. *Classes populares e protesto urbano*. São Paulo, 1974 [Dissertação de doutoramento FFLCH-USP]. 1974 (mimeo).
- MORAES, Mária Quartim de: *Família e Feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. São Paulo, 1981. [Tese de doutoramento — FFLCH/USP].
- OLIVEIRA, F. A reprodução dos homens. *Estudos CEBRAP*, (16) 1976.
- _____. Trabalho feminino e riqueza capitalista. *Cadernos de Debate*, (3) 1976. O movimento de mulheres no Brasil. *Cadernos da Associação das Mulheres*, 3, ag. 1979.
- PENA, Maria V.J. *Mulheres e trabalhadoras — presença feminina na constituição do sistema fabril*. São Paulo, Paz e Terra, 1981.
- PRANDI, J.R. *Catolicismo e família: transformação de uma ideologia*. São Paulo, CEBRAP, 1975.
- RODRIGUES, A.M. Comportamento de mulher em relação ao trabalho. *Revista do Instituto Brasileiro de Psicanálise*, 3 (4), 1977.
- _____. *Operário, operária*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- ROSEMBERG, Fúlvia. *O atendimento à criança pequena na Município de São Paulo*. Depoimento prestado à Comissão Especial de Inquérito sobre creches da Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, 1983.
- SAFFIOTI, H. *A mulher na sociedade de classes*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- _____. Mulher, modo de produção e formação social. *Contexto*, (4) 1977.
- _____. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- _____. *Do artesanal ao industrial: a exploração da mulher — um estudo de operárias têxteis e de confecções no Brasil e nos Estados Unidos*. São Paulo, HUCITEC, 1981.
- SANTOS, C.N.F. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- SINGER, P.I. e BRANT, V.C. (orgs.) *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.
- SOUZA, Beatriz Muniz de. *A experiência da salvação: pentecostais em São Paulo*. São Paulo, 1969.
- WELTZER, Hans *Issues of social policy related to infant care in Denmark*. Institute of Psychology, University of Aarhus, Dinamarca, s.d.
- WILSON, B. *Magic and the millenium: a sociological study of religious movements of protest among tribal and third World peoples*. New York, Harper & Row, 1975.